

Editorial:

Os Estudos da Paz entre a reflexão estratégica e a tradição crítica

Maria do Céu Pinto Arena, Editora Convidada



ESTE número da *Perspectivas* é dedicado ao Prof. Johan Galtung, que veio, no dia 20 de outubro, à Universidade do Minho para falar sobre o tema “Five Decades of Peace Research: Past and Future”. O Prof. Galtung é conhecido mundialmente como fundador da disciplina acadêmica “Estudos da Paz” e mentor, tanto no âmbito teórico quanto prático, no campo da mediação e da transformação de conflitos. Galtung foi quem primeiro conceptualizou a questão do *peacebuilding* ou construção da paz, apelando à criação de sistemas que criem uma paz sustentável. Dele são igualmente os conceitos inovadores de “violência estrutural” e “violência cultural” e de “paz negativa” e “positiva”, que tanta influência tiveram em gerações sucessivas de investigadores que têm vindo a trabalhar na área da pesquisa para a paz. Além disso, a sua contribuição a nível teórico andou sempre a par e passo com a sua experiência prática: desempenhou um papel decisivo na mediação e prevenção da violência em 150 conflitos armados no mundo ao longo das quatro últimas décadas.

Os seus estudos vieram pôr em evidência as dimensões negligenciadas e invisíveis da violência escondidas na estrutura dominante de poder e com uma lógica de auto-reprodução implícita nessa ordem dominante. A emergência, nos anos

1950/1960, da pesquisa dos conflitos e dos estudos da paz representou um desafio à concepção dominante da paz tal como entendida nos estudos estratégicos e nas teorias realistas das Relações Internacionais prevalecente durante a Guerra Fria. Essa reorientação da pesquisa da paz, e onexo estabelecido com a teoria dos conflitos e a teoria do desenvolvimento, fornecerem os elementos essenciais a Galtung para desenvolver, em meados da década de 1970, a teoria sobre as modalidades de intervenção pacífica no contexto de conflitos violentos. Desenvolveu assim os conceitos de *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*, adoptados pela ONU como elementos integrantes da sua abordagem para conter e resolver conflitos.

As questões de segurança e da paz tornaram-se um dos conceitos dominantes na formulação de políticas no mundo ocidental para as áreas de conflito, servindo inclusive para justificar intervenções coercivas em nome da necessidade de pacificar e reconstruir zonas problemáticas segundo uma agenda da “paz liberal”. A emergência dos estudos críticos de segurança, que desde o fim da Guerra Fria se tem alimentado das perspectivas radicais pós-positivistas, contribuiu para questionar os modelos dominantes de intervenção moldados nas perspectivas ocidentais.

O artigo do Prof. Galtung, “Stream of Consciousness about Stream of time” retoma alguns dos temas da sua teoria sobre “rank concordance and rank discordance” desenvolvido nos seus artigos, “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research*, 1966 e “Rank Concordance

• Universidade do Minho, Centro de Investigação em Ciência Política.

and Rank Disequilibrium Theory”, *Journal of Peace Research*, 1969. Em resumo, a sua tese critica a propensão das ciências sociais e políticas ordenarem a sociedade em rankings lineares. Galtung afirma que os sistemas em que são efetuados rankings, em que os atores são alinhados de forma piramidal, é um mecanismo que evidencia os mecanismos de violência estrutural, pois reforça as dinâmicas existentes de poder. Nessa lógica, os atores melhor classificados dentro de uma dada métrica, como a rendimento, também serão altamente classificados noutras métricas, como a educação e saúde. Esta congruência nos rankings também se verifica para os atores classificados abaixo dessas métricas e serve para limitar a mobilidade dentro do sistema social. Assim, no sistema social, os atores melhor classificados desempenham um papel central no próprio sistema, reforçando a sua importância para o status quo, bem como seus incentivos para mantê-lo (“rank centrality correlation”). As dimensões de classificação tendem a ser fortemente correlacionadas devido à forma como estão ligadas na estrutura social. Tal como ele refere, a crítica marxista da sociedade capitalista enfatiza como o poder de decidir sobre o excedente do processo de produção é reservado aos proprietários dos meios de produção, que podem então adquirir posições de topo em todas as outras dimensões de classificação, pois, numa sociedade capitalista, o dinheiro é altamente conversível. Esta correlações evidenciam que a violência é estrutural, está incorporada na própria estrutura.

A sua prescrição é que se desenvolvam sistemas não-hierárquicos e discriminatórios de classificação. A sua conclusão é que o “rank concordance” expõe os mecanismos que estimulam a violência estrutural porque promovem sistemas classificativos que reforçam as desigualdades. Por outro lado, o “rank discordance” está na base da violência directa, porque estimula a revolta dos que estão na base dos rankings.

O artigo também lida com questões mais abstratas, como a cosmologia social ocidental que reflete uma concepção do tempo dramática com ciclos estanques e rígidos, marcados por ciclos de expansão e contração, por evoluções e crises e ruturas. Esta é aliás uma preocupação antiga de Galtung: ampliar a inteligibilidade ocidental

dos padrões de interação, para modelos com interações complexas, multilaterais e horizontais, que englobem mais dimensões e outras possibilidades de ler a realidade social. As noções ocidentais de progresso estão ligadas a um sentido de crise iminente ou apocalipse, e as fontes da ameaça parecem provir invariavelmente do exterior de um centro pacífico. Afastando-se desta perspectiva linear e bipolar, Galtung adota uma ‘cosmologia temporal circular, onde as vantagens são duplas. Primeiro, ela ajuda a combinar a noção de ocidental e cristã do tempo como limitado (encarando os conflitos como tendo um início, nascimento ou génese claros, e um final igualmente claro - apocalipse e catarse), com o conceito budista de tempo como infinito, de acordo com o qual não há começo nem fim. O conflito é transformado, de preferência para um nível superior (isto é, menos violento), mas não extinto (1996: 81). Esta última concepção do tempo coincide com a noção de transformação do conflito, que reconhece que o conflito persiste, mas o diálogo é permanente.

Os dois artigos seguintes são uma reflexão sobre a aplicabilidade da Teoria da Paz Democrática (TPD). Esta teoria ganhou força no Pós-Guerra Fria, com o fim da bipolaridade, pois a nova ordem do sistema internacional configurava-se como uma vitória do liberalismo e capitalismo ocidental sobre o socialismo soviético – o “fim da História”, como alvitrou Francis Fukuyama. Por isso, considerou-se que o sistema internacional encontraria mais estabilidade e seria mais pacífico sob a égide dos princípios democráticos. O artigo de Bento Caleiro apresenta os resultados empíricos do postulado na Teoria da Paz Democrática. Utilizando o Índice Global de Paz e o Índice de Democracia, o autor faz uma análise de correlação (entre *clusters*) entre os valores verificados pelos indicadores de paz e de democracia. Conclui que, efetivamente, os estados democráticos apresentam uma menor propensão para se envolverem em conflitos armados entre si e, em particular, que as democracias consolidadas são menos conflituosas que as semi-democracias.

O artigo de Alice Heil de Borba é um estudo de caso que aplica aquela teoria às disputas territoriais entre Peru e Equador, em particular a chamada Guerra do Cenepa em 1995. A autora afirma que a TPD tem dificuldade em

explicar esse episódio, tendo em vista que as instituições liberais democráticas não foram capazes de canalizar as opções dos seus governantes para outras vias que não o conflito armado. A literatura afirma que há geralmente uma correlação entre a comunhão de princípios liberais e a ausência de guerras, bem como umnexo de causalidade entre o papel da cultura democrática e o comportamento (pacífico) dos Estados. Essa ausência de correlação pode ser constatado neste estudo de caso, visto que Peru e o Equador, apesar de inseridos num contexto regional de democracias, não foram persuadidos por normas, valores e cultura a não optar pela guerra. A autora afirma que fazem por isso sentido os argumentos para quem somente as democracias sólidas evitam o conflito armado.

O artigo de Ramon Blanco e Natali Hoff é uma reflexão sobre o *state-building* efetuado no Iraque pós-2003 sob a égide da *Coalitional Provisional Authority* (CPA). A análise usa a perspectiva crítica de David Chandler sobre a marca distintiva americana (o Império em Negação) impressa nos processos de *state-building*. Este artigo insere-se na linha das narrativas críticas de estudos da paz e resolução de conflitos, que identificam a ‘paz liberal contemporânea como uma concepção imperialista da paz promovida por forças hegemônicas, argumentando em favor de uma nova forma de paz que transcenda a concepção dominante atual. Efetivamente, a re-construção de Estados por organizações internacionais é um dos instrumentos distintivos da comunidade internacional no pós-Guerra Fria para estabilizar países pós-conflitos e promover a paz. Nas últimas décadas, *state-building* tem ocupado um espaço central nas discussões de política internacional como instrumento privilegiado de reconstrução pós-guerra. A influência do modelo de ‘paz liberal nas práticas de *peacebuilding* é criticada por assentar na promoção externa, frequentemente de forma vertical (*top down*), de sistemas normalmente ocidentais de governança democráticos e de economias de mercado livre: a construção do Estado de Direito por parte dos atores externos assenta na imposição de uma agenda externa de regulação aos países intervencionados. O quadro de leis e instituições produzidos refletem os laços de governança e modelos ocidentais e, por isso, nem sempre atendem às exigências específicas daquelas

sociedades.

No entanto, e tal como sublinham os autores, apesar da atenção concedida ao envolvimento externo de organizações internacionais na re-construção de um Estado, o entendimento teórico do *state-building* enquanto processo eminentemente político ainda é limitado. Isso ocorre, principalmente em virtude do quadro normativo técnico-burocrático usado e da sua explicação ser apresentada em termos técnicos, de criação de capacidades e eficiência, desvalorizando a esfera política envolvida no *state-building*. Essas práticas são disfarçadas através de uma construção discursiva que põe o acento tônico na ideia de parceria entre os Estados intervencionados e os agentes internacionais. Os autores afirmam que esse discurso não torna essas intervenções menos invasivas – acaba, na realidade, por permitir a instauração de métodos de regulação e controle muito mais profundos do que os tradicionais. O resultado disso é a criação de “Estados Fantasmas”, em que a reformulação dos Estados intervencionados vai minar a relação com as suas populações. No caso do Iraque, os autores concluem que a reconstrução do país nos moldes de uma economia liberal que favorece os interesses económicos dos Estados Unidos, criou forte insatisfação na população e fortaleceu o surgimento da resistência armada no Iraque nos anos pós-2003.

O último artigo liga com a questão do uso da força nas missões de manutenção da paz ou *peacekeeping*. As intervenções da ONU no pós-Guerra Fria (Cambodja, Somália, Bósnia-Herzegovina e Ruanda) ocorreram em ambientes voláteis, de alto risco e incerteza e em guerras civis de contornos indefinidos. As operações de paz dos anos 90 vieram demonstrar as limitações dos princípios do *peacekeeping* tradicional em operações caracterizadas por um consentimento limitado: são operações ditas ‘complexas porque podem requerer o uso parcial da força para assegurar a execução do mandato. A era pós-11 de setembro não melhorou a situação: a ONU é cada vez mais chamada a intervir em cenários onde os conflitos são dominados por atores irregulares - conflitos assimétricos. As intervenções requerem às vezes operações militares de contra-terrorismo, tal como aconteceu no Afeganistão e no Iraque, ou na Líbia, Mali e Somália.

Para estas ‘intervenções robustas é necessário encontrar uma opção intermédia que se situe entre o binário *peacekeeping-peace-enforcement*, de forma a não minar os alicerces do *peacekeeping* que assentam nos princípios do consentimento, imparcialidade, uso excepcional da força. O uso da força em missão do *peacekeeping* é uma matéria polémica e os debates em curso sobre esta matéria não são esclarecedores. A doutrina do “textitpeacekeeping musculado” tem vindo a obter aceitação junto do Secretariado da ONU. A experiência das operações de manutenção de paz desde os anos 90, permitiu ultrapassar o tabu relativo ao uso da força. Vários documentos da ONU demonstram uma crescente vontade de usar a força em apoio dos objetivos da ONU, embora de forma ainda confusa e ambígua que não ajuda a reforçar a credibilidade do *peacekeeping* enquanto técnica pacífica de resolução dos conflitos.